junto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde que confirme a legitimidade para agir em juízo.

Assim, no uso das competências delegadas pelo Ministro das Finanças, pelo Despacho n.º 3493/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 26 de abril, e pelo Ministro da Saúde, por despacho de 14 de dezembro de 2017:

1 — Determina-se, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 9 da Cláusula 127.ª do Contrato de Gestão, não reconhecer a existência de fundamentos que ditem a abertura de um processo de avaliação do desequilíbrio financeiro do Contrato invocado pela Entidade Gestora do Estabelecimento do Hospital de Braga, nem reconhecer a suscetibilidade de haver fundamentos de reposição do equilíbrio financeiro.

2 — Em conformidade com o disposto no número anterior, e nos termos e para os efeitos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, determina-se a não abertura de processo negocial de reposição do equilíbrio financeiro.

3 — Mais se determina que seja desenvolvido processo de arbitragem com vista a dirimir o litígio que opõe a Escala Braga — Sociedade Gestora do Estabelecimento, S. A., à Entidade Pública Contratante relativo à não renovação dos protocolos relativos à realização de prestações de saúde a doentes com VIH/SIDA e com Esclerose Múltipla em Terapêutica Modificadora.

4 — O Estado Português designa como seu representante a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. (ARSN), para efeitos da arbitragem a realizar, nos termos das Cláusulas 137.ª e 138.ª do Contrato de Gestão, com vista a dirimir o litígio decorrente da não renovação dos protocolos relativos à realização de prestações de saúde a doentes com VIH/SIDA e com Esclerose Múltipla em Terapêutica Modificadora com o Hospital de Braga.

5 — Os poderes conferidos nos termos do número anterior abrangem todos os necessários à representação do Estado na referida arbitragem e em especial os de acordar nas regras aplicáveis à constituição e tramitação da arbitragem.

6 — Determina-se que a ARSN promova o acompanhamento do processo arbitral pela Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

7 — Mais se determina que a ARSN notifique do presente a Escala Braga — Sociedade Gestora do Estabelecimento, S. A.

8 — Ratificam-se os eventuais atos que a ARSN haja já praticado e que sejam conformes com o presente despacho.

20 de dezembro de 2017. — O Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, *Ricardo Emanuel Martins Mourinho Félix*. — A Secretária de Estado da Saúde, *Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho*.

311017217

FINANÇAS E AMBIENTE

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e do Ambiente

Portaria n.º 18/2018

A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, tem por missão propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito da gestão de recursos hídricos, com vista à sua proteção e valorização, exercendo neste domínio as funções de Autoridade Nacional da Água.

No âmbito das suas atribuições a APA, I. P. detém a competência para, no domínio dos recursos hídricos, gerir situações de seca e de cheia, de acordo com o estipulado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, que aprovou a Lei Orgânica da APA, I. P.

A celebração do contrato para a empreitada de “Reforço da proteção da margem do Douro entre a Quinta dos Frades (Oliveira do Douro) e o Esteiro (Avintes), no concelho de Vila Nova de Gaia”, nos termos do supra citado diploma legal, surgiu da necessidade de se implementarem medidas que visam a redução do risco de inundações e das suas consequências prejudiciais na área do Douro, protegendo povoações, vias de comunicação e habitações, tendo influência nas zonas de inundação identificadas: Porto e Vila Nova de Gaia. Estas medidas encontram-se incluídas no Plano de Gestão de Riscos de Inundações, PGRI RH3, desenvolvido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabeleceu um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundação, em articulação com os planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) da bacia do rio Douro.

O referido contrato irá dar lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico pelo que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a assunção dos encargos plurianuais daí decorrentes depende de autorização prévia, conferida através de portaria.

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Orçamento, ao abrigo da competência que lhe foi delegada pelo Ministro das Finanças, constante da alínea c), do n.º 3, do Despacho n.º 3485/2016, de 25 de fevereiro de 2016, publicado no *Diário da República* n.º 48, 2.ª série, de 9 de março de 2016, e pelo Secretário de Estado do Ambiente, ao abrigo da competência que lhe foi delegada pelo Ministro do Ambiente, constante da subalínea i), da alínea a), do n.º 2, conjugado com a alínea d), do n.º 5, do Despacho n.º 7590/2017, de 18 de agosto de 2017, do Gabinete do Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de agosto de 2017, o seguinte:

1 — Fica a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) autorizada a efetuar a repartição de encargos relativa ao contrato da empreitada de “Reforço da proteção da margem do Douro entre a Quinta dos Frades (Oliveira do Douro) e o Esteiro (Avintes), no concelho de Vila Nova de Gaia”.

2 — Os encargos decorrentes do contrato, num montante de 1.440.796,00 euros (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, setecentos e noventa e seis euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, distribuem-se da seguinte forma:

2017 — 120.066,67 euros (cento e vinte mil, sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

2018 — 1.320.729,33 euros (um milhão, trezentos e vinte mil, setecentos e vinte e nove euros e trinta e três cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

3 — Estabelece-se que o montante fixado para o ano económico de 2018 pode ser acrescido do saldo apurado no ano que antecede.

4 — Os encargos emergentes da presente portaria serão satisfeitos por verbas inscritas ou a inscrever no orçamento da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., cofinanciadas por fundos comunitários no âmbito do POSEUR 2020, com uma taxa de cofinanciamento de 85 %.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

18 de dezembro de 2017. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 19 de dezembro de 2017. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

311011499

Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 275/2018

O artigo 6.º do Anexo A da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP) estabelece que os vogais não permanentes e os peritos que integram a bolsa de peritos são designados pelo período de três anos.

Considerando a cessação de funções do vogal não permanente suplente e dos peritos representantes do Ministério do Ambiente na CRoSAP, importa proceder à nomeação de novos membros.

Nos termos dos artigos 5.º e 6.º do Anexo A dos Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterados e republicados pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, são designados, em representação do Ministério do Ambiente, os seguintes membros não permanentes da CRoSAP e membros da bolsa de peritos:

1 — Vogal não permanente: Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez, vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, A.P.A.;

2 — Vogal não permanente suplente: António Sequeira Ribeiro, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, A.P.A.;

3 — Vogal não permanente suplente: Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho, Secretária-Geral do Ministério do Ambiente.

4 — Peritos: Luís Maria Vieira Pereira Roxo Gonçalves, Vogal do Conselho Diretivo do IHRU; Nuno Pedro dos Santos Borges Marques, vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.